

Portanto, dentro deste convite, nesta dimensão, e não enquanto inquirição, mas enquanto colaboração, para que estes Constituintes possam compreender e quantificar exatamente a quantas andam esse problema, para poder dimensioná-lo na futura Constituição. Nós apreciaríamos muito que o staff do Sr. Ministro da Educação pudesse levar a S. Ex.^ª esta preocupação, e que esta Subcomissão pudesse ter, exatamente, em números, dimensionado aquilo que até aqui não conseguiu.

Agradeço mais uma vez a importante contribuição trazida aqui nesta reunião, agradeço a todos quantos aqui abrilhantaram com suas presenças esta reunião, a presença dos Srs Constituintes. Reafirmo a convocação para segunda-feira, às 18 horas, e declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado, uma boa noite.

(Levanta-se a reunião às 21:35 h)

14.^a Reunião (Extraordinária)

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se em caráter extraordinário a Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. O Presidente Hermes Zaneti, declara abertos os trabalhos com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: João Calmon, Louremberg Nunes Rocha, Osvaldo Sobrinho, Florestan Fernandes, Sólton Borges dos Reis, Ubiratan Aguiar, Tadeu França, Antônio de Jesus, Octávio Elisio, Bezerra de Mello, Aécio de Borba e Paulo Silva e sugere que se faça uma análise do cronograma das entidades indicadas pelos Constituintes Márcia Kubitschek, Pedro Canedo e Octávio Elisio, a fim de que sejam agilizadas os trabalhos. Prossegue a leitura do telex enviado pela Confederação Nacional do Teatro Amador — Confenata, que pleiteia ser ouvida dentro da parte cultural desta Subcomissão destacando que não se trata de Organização de cunho oficial mas que congrega vinte e seis federações de teatro amador. O Constituinte Sólton Borges dos Reis pondera que a idéia de serem ouvidas as entidades desvinculadas do Poder Público é democrática e sensata lembrando que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários tem origem extra oficial e reúne numerosos bibliotecários do País, e que os constituintes devem ser ecúmenos ao ouvir as instituições com idéias das mais divergentes sem marginalizar nenhuma delas, inclusive as não oficiais. O Constituinte Florestan Fernandes sugere a Organização dos Livres afirmando ser importante que os editores sejam ouvidos. Após aprovação, fica estabelecido o seguinte calendário para apresentação das Entidades que seguem. Dia cinco de maio, terça-feira às nove horas, serão ouvidas: Fundação Nacional de Arte, Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação do Balé do Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, Academia Brasileira de Letras, União Brasileira de Escritores, Associação Brasileira de Imprensa e Câmara Brasileira do Livro. Ainda no dia cinco de maio, às dezessete horas, serão ouvidas as Instituições: Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), Sistema Nacional de Museus, Fórum Nacional de Secretários de Cultura, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sociedade Brasileira de Antropologia e Confederação Nacional de Teatro Amador (CONFENATA). No dia seis de maio, quarta-feira, às nove horas, apresentar-se-ão as seguintes instituições: Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), Conselho Nacional do Cinema (CONCINE), Instituto Nacional de Artes Ciências (INACEN), Instituto Nacional do Folclore (INAF), Instituto Nacional do Livro (INL), Federação Brasileira de Associações

de Bibliotecários e Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Brasília (SENALBA — DF). O Constituinte João Calmon, após a leitura do calendário pelo Presidente, declara que o prazo de cinco dias para a apresentação do Anteprojeto é muito curto ao que o Constituinte Sólton Borges dos Reis sugere que o material já existente pode ser utilizado dando início aos trabalhos de redação. Como ainda persistem dúvidas quanto ao prazo destinado à apresentação das entidades, a Diretoria da Secretaria Legislativa, Senhora Sara Ramos de Figueiredo, é convidada a prestar esclarecimento e informa que nada impede as apresentações além do prazo de seis dias de maio. O Constituinte Octávio Elisio sugere que não sejam convidadas personalidades para serem ouvidas nos dias de audiências com entidades. Acrescenta ser conveniente, dada a exiguidade do tempo, a apresentação das propostas por escrito ou que se apresentem na fase de discussão do Anteprojeto. O Presidente solicita da Secretaria, iniciativas no sentido da presença de um assessor da Imprensa a fim de que sejam divulgados os trabalhos desta Subcomissão e que entre em contato com o Senhor João Dória para que apresente seu depoimento no próximo dia oito de maio quando serão ouvidas entidades relacionadas ao esporte e turismo. Os Constituintes Tadeu França, Antônio de Jesus e Louremberg Nunes da Rocha são favoráveis a que seja ouvida uma personalidade ligada à censura. O Constituinte Octávio Elisio acha desnecessária essa presença, julgando que apenas a apresentação de um relatório do Ministério da Justiça, elaborado na gestão do Ministro Fernando Lyra será útil para os esclarecimentos necessários. Após votação fica deliberada, para o dia oito de maio, a vinda de uma autoridade ligada à censura. Em seguida o Primeiro-Vice-Presidente, Constituinte Aécio de Borba, procede à leitura das Atas da nona e da décima reunião, esta última, extraordinária. O Senhor Presidente tece elogios à persistência do Constituinte João Calmon, ao conseguir que as próximas reuniões desta Subcomissão sejam filmadas contribuindo para uma divulgação dos trabalhos, parabenizando-o pela iniciativa. Após os agradecimentos do Relator, às vinte horas e vinte minutos o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos convocando para as oito horas e trinta minutos de amanhã, dia vinte e oito de abril, uma reunião a fim de serem ouvidos os representantes das Entidades que constam do calendário, cujo teor será publicado na íntegra, no Diário da Assembleia Nacional Constituinte e, para constar, eu, Sergio Augusto Gouvêa Zaramella, Secretário, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 14.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1987, ÀS 18:30 HORAS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE HERMES ZANETI.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Quero agradecer a presença dos colegas constituintes que estão conosco neste momento. Uma sugestão seria de tentarmos aqui, embora não tenhamos nenhum dos 3 membros da comissão que nós designamos para ajudar a organizar o cronograma de audiência das entidades. Segundo nos informa o Secretário Sérgio, a Constituinte Márcia Kubitschek deixou aqui, na secretaria, a relação das entidades sugeridas por aquela comissão de 3 membros, para a questão de concluirmos o nosso roteiro de trabalho.

Estou recebendo aqui duas solicitações, uma da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários que,

inclusive, tem uma redação que oferece em termos de texto constitucional, que gostaria de ter uma oportunidade de depor aqui na subcomissão, na parte cultural. Assim como estou recebendo uma solicitação muito interessante da Confederação Nacional de Teatro Amador — Confenata, cujos representantes estiveram em meu gabinete hoje pela manhã, com uma tese que me parece interessante e que eu gostaria de repartir aqui com os eminentes constituintes membros desta subcomissão. É que nos relatam os diretores da Confenata, que a relação que nós decidimos ouvir, selecionada por aquela comissão, que é do conhecimento deles, por contacto com a Constituinte Márcia Kubitschek — é tipo do nível oficial. A Confenata é o resultado de uma livre, espontânea e consciente manifestação de vontade por parte daqueles que militam nesta área cultural e, de seus esforços e de seu trabalho, é que resultou esta organização, ou seja, não uma organização com algum tipo de patrocínio oficial, não nasceu desse patrocínio, não vive dele, e não trabalha a nível de uma dimensão oficial de Governo. Então, a Confenata está representando 26 confederações estaduais de teatro amador. Ela é um tipo de CBD, a nível do teatro amador, ou seja, são 26 federações que se organizaram em diferentes Estados, em diferentes unidades da Federação pelo pessoal que limita no teatro amador, que, organizados nestas federações estaduais, construíram a sua confederação nacional. Também pleteia ser ouvida neste espaço reservado às entidades culturais.

Nós já recebemos a sugestão daquelas entidades selecionadas pelos Constituintes Márcia Kubitschek, Pedro Canedo e Octávio Elisio, mas como estas duas entidades, uma por sua dimensão nacional, nascida da força de vontade, do esforço dos seus integrantes, que é a Confenata e, outra, pela importância cultural e educacional que tem a biblioteca, nós ponderaríamos a esta subcomissão que, mesmo com prejuízo de tempo para ouvirmos a todos, se desse a oportunidade de também por 10 minutos prestar o seu depoimento a essas duas entidades. Eventualmente, depois, se a necessidade de tempo físico assim o determinar, se reduzisse o espaço global para o debate, levando evidentemente naquele rumo de que convidaríamos a Mesa no início de cada debate, o número de entidades, que prestariam o seu depoimento e haveria um questionamento conjunto, como houve já no dia 23, que parece ter dado um resultado satisfatório. Gostaria de consultar esta subcomissão se concorda que, em dois turnos distintos ou em cada um deles, uma dessas duas entidades fosse agregada àquele rol de entidades indicado por aquela comissão. Repito que não estão aqui todos os membros da comissão, mas penso que esta subcomissão pode evidentemente decidir. Alguém gostaria de fazer um comentário sobre isto? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Em uma das primeiras reuniões nossas, quando foi solicitada a indicação de entidades, de instituições para serem ouvidas, tomei a iniciativa de ponderar que conviria não ficássemos somente na órbita oficial, pois seria muito útil para esta subcomissão, além de democrático, ouvir também as instituições desvinculadas do poder público. Agora, vejo que este pensamento também encontra ressonância. Tanto que eu citei, na ocasião, algumas instituições, como a Academia Brasileira de Letras e outras, que depois apareceram na relação e não estavam anteriormente. Vejo, também, que a questão colocada vem ao encontro daquela proposta, e observo, aqui, que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, também como o pessoal do teatro, tem uma estrutura que me parece de origem espontaneamente extra-oficial, por-

que congrega associações de bibliotecários de numerosas regiões do País, de numerosos Estados — não sei es todos, mas quase todos — e com um caráter profissional. Não é associação das bibliotecas oficiais, mas uma federação brasileira de associações de profissionais desta área que, aliás são de nível universitário, que se congregam numa federação. Creio que aí está uma instituição especificamente indicada para ser ouvida no campo da cultura. Acho que o Sr. Presidente atua muito bem se abrir espaço para que se possa ouvir estas duas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Concedo a palavra ao Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Acho que as duas organizações poderiam ser incluídas, porque, de um lado, há um grande interesse em ter aqui representantes do teatro amador e, de outro lado, o problema do livro é capital para nós, e talvez visto do ângulo dos bibliotecários, o interesse seja grande. Há, também, as organizações dos livreiros, que não se candidataram a vir aqui. Existem várias de âmbito estadual e uma de nível nacional — não sei por que não vieram — e a principal reivindicação deste setor consiste em isentar a importação de livros de taxaação fiscal. É claro que se nós revertemos o benefício para o consumidor, isto seria muito bom, porque o processo brasileiro de importação de livros multiplica por 3, 4, 5, o custo do livro. Então, há interesse em ouvir estas organizações, porque elas têm uma experiência que deveria ser aproveitada por nós.

Os editores também têm uma organização importante e, pelo visto, eles também não se candidataram a vir aqui falar. Acho que seria importante ouvir os editores, especialmente na área da cultura, mas como não se candidataram, eu não sei se convém ou não solicitar a sua colaboração. Estou de inteiro acordo com o Professor Sólton Borges dos Reis e com a sugestão do Sr. Presidente. Não sei como fazer — é preciso espremer o limão com maior velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Vamos, neste momento, apreciar os pedidos que estão sobre a mesa, nessa linha.

Temos a sugestão feita pela Constituinte Márcia Kubitschek, também já anotada pelo Constituinte Octávio Elisio e pelo Constituinte Pedro Canedo.

Passo a ler, da seguinte forma: há a sugestão para que as entidades indicadas sob o número 1, sejam ouvidas no dia 6, às 9 horas e 30 minutos.

Consulto a Secretaria se há distribuição desse material. (Pausa.) Lerei pausadamente para que os Srs. constituintes assimilem os nomes dessas entidades.

Volto a lembrar que esse é um trabalho elaborado pela comissão a quem nós delegamos a organização do mesmo. Se aprovado, evidentemente, teremos até amanhã impressa a relação com os nomes.

As entidades indicadas sob o número 3, nesta relação, será no dia 5 de maio, pela manhã.

Assim, no dia 5 de maio, pela manhã, nós ouviríamos: Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Nora Esteves — uma bailarina — Maestro Henrique Morenbaum, Maria Luíza Noronha, Fundação do Balé do Rio de Janeiro, Isaac Karabitchevsky, Fundação Roberto Marinho e Academia Brasileira de Letras.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Tenho a impressão de que o critério que está presidindo

essa enumeração é de ação entre amigos e admiradores. Há organizações que têm uma experiência de sentido muito limitado. Não sei se vale a pena nós repertirmos, porque se se pergunta de uma, vamos obter dados que depois vão ser expressivo para os outros. A Academia Brasileira de Letras tem sido uma instituição ausente. Durante a ditadura, ela não tomou nenhuma iniciativa em defesa da cultura brasileira, nem dos escritores nacionais e, inclusive, chegou a eleger generais e um atual Chefe de Estado, por méritos que ainda estão por ser comprovados em termos literários, e talvez até filosóficos. De modo que não sei se devemos prestigiar instituições que não souberam se manter à altura de suas responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradeço a intervenção de V. Ex.^a e vou repetir a relação do dia 5 de maio pela manhã, para que essa pergunta do “não sei se devemos convidar”, possa, eventualmente, se transformar em uma proposta do Constituinte Florestan Fernandes ou de outros Constituintes.

Repito, é uma proposta da comissão que nós havíamos designado. Evidentemente que esta subcomissão pode decidir por não adotar toda a relação ou, quem sabe, nenhum nome da relação, ou substituir os nomes ou as entidades.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Quanto à Academia Brasileira de Letras, à qual faz restrições o Constituinte Florestan Fernandes, lembrei essa instituição como uma que não é da área oficial, pois precisamos sair da exclusividade dessa área.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — (Fora do microfone.)

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Ainda que seja, eu acho que nós devemos ser ecumênicos ao ouvir. Não precisamos adotar as posições de instituições cujos postulados e cuja postura não se coadunam com a nossa, mas acho que devemos ouvir a todos, senão vamos marginalizar instituições que podem, eventualmente, ter uma contribuição. Na Academia Brasileira de Letras, há 40 escritores de todas as tendências. Por exemplo, Jorge Amado é uma figura expressiva da Academia Brasileira de Letras. É um escritor que sempre deu uma contribuição à cultura popular e é um escritor que não bate muito com aquela imagem que a Academia pode ter. Não sou um entusiasta, não sou um fã da Academia, mas ela existe e tem uma atuação — bem ou mal, ela atua. Foi com esse espírito que eu sugeri, mas não que me empenhe que ela seja ouvida. Quanto ao critério de ouvir todas as tendências, esse eu mantenho. A instituição em si eu não me bato por ela, mas sim por um critério em que se dê oportunidade às opiniões as mais antagônicas, as mais divergentes e, depois, nós tiraremos as nossas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Está registrada a opinião de V. Ex.^a Esta comissão tem agora **quorum**, e passa a funcionar oficialmente. Agradecemos a presença de todos, especialmente do Sr. Constituinte Bezerra de Melo, que traz, com a sua presença, o **quorum** oficial para funcionamento da subcomissão, assim como a todos aqueles que antes dele chegaram, para que pudéssemos ter o número completado.

Esta Presidência precisa definir, hoje, a relação das entidades a serem ouvidas. Por isso, pedimos a compreensão dos Srs. constituintes, no sentido de que essa definição possa processar-se hoje.

Eu insisto, estou apresentando a relação segundo a sugestão de aquela comissão nos enviou, o que não significa que devemos adotá-la.

Vou reler a sugestão para o dia 5 de maio pela manhã e, em seguida, poderíamos adotar o critério de eu ler o

nome, em havendo quem queira discutir o nome indicado, poderíamos fazê-lo e, em seguida, votar se ouvimos ou não a entidade. Parece que é um critério que poderia, democraticamente, equacionar o problema a nível desta subcomissão.

Releio todos os nomes indicados para serem ouvidos no dia 5 de maio. A seguir, leio um por um. O nome que não tiver questionamento entende-se como aprovado para ser ouvido. Quando algum Sr. constituinte pretender questionar sobre algum nome, pedirá a palavra, fará o questionamento, e, não vencida a dificuldade, poderemos adotar o princípio da votação: a maioria decide. Podemos adotar esse princípio? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, esta lista que nós temos em discussão foi trazida em algumas reuniões anteriores da subcomissão pela Constituinte Márcia Kubitschek, que não está presente. Concordo com as observações feitas anteriormente, mas acho que o critério adotado para um foi o mesmo para outro. São entidades isoladas, não há nenhuma articulação dessas entidades em termos de uma proposta de política cultural. Acho difícil apenas pensar em tirar um, sem todos, e acho mais difícil, ainda, discutir isso sem que a Constituinte Márcia Kubitschek esteja aqui. A minha opinião, que pode não ser boa, é que acho extremamente difícil, na parte de cultura, uma escolha de entidades que tenham uma certa organização em termos do debate da política cultural — porque de fato não há, a não ser, ao que eu saiba, o fórum de secretários e o ministério que se envolveram num debate específico, e entidades ligadas ao meio popular, acho que nenhuma contribuição nova de fato virá, a não ser coisas isoladas e específicas. Acho difícil e não me sinto à vontade em fazer uma discussão da lista e efetivamente retirar nomes, sem que a Constituinte Márcia Kubitschek, responsável por ela, esteja aqui.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Poderia fazer um acréscimo?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Como critério, quando surgir a indicação de uma instituição, quem tiver experiência a respeito diz o que sabe. E, por aí, teremos alguma informação para selecionar ou rejeitar as indicações. Não seria o caso?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Dadas as observações dos eminentes constituintes, e considerando que esta Presidência precisa definir hoje, quando houver questionamento sobre alguma entidade não adotaremos o princípio de votar. Separaremos a entidade e, com a presença da Constituinte Márcia Kubitschek, num outro momento, poderemos eventualmente rediscutir a questão. Parece que, com isso, poderemos avançar e limitarmos-nos a eventuais nomes questionáveis, do ponto de vista da sua indicação. Podemos adotar isso como princípio de trabalho? (Pausa.)

Então, vou reler: para o dia 5 de maio, no turno da manhã, estariam previstas: Fundação Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Nora Esteves, bailarina; Henrique Morelenbaum, maestro.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, peço a palavra para uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Eu não conheço e, sinceramente, não posso emitir opinião.

Mas, ao lado de entidades, estou vendo nomes de pessoas. E, mais à frente, na primeira leitura, notei que há nomes de entidades que cuidam da parte do balé, arte, música etc. Não seria o caso, por maior conhecimento que tenham essas pessoas da matéria, que sejam acopladas ou que participem daquele momento em que o assunto já vai ser tratado? Não conheço especificamente, e fica difícil tratar o assunto, mas há, por exemplo, nomes isoladamente de dois maestros.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Se bem entendi, aqui, a sugestão seria de dança e música no dia 5, pela manhã.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR — Parece que há uma ballarina e uma escola de balé...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Por isso, dança e música no dia 5, pela manhã. É a sugestão que está sendo apontada aqui, ou seja, a sugestão, segundo está chegando à Mesa, feita pela Constituinte Márcia Kubitschek, já estaria dentro do princípio de que o nobre Constituinte Ubiratan Aguiar está a indicar: separação por assuntos, dentro da dimensão maior de artes.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Senhor Presidente, peço a palavra para uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS — Solicitei a palavra para sugerir que no caso de se apresentar determinada instituição, o Constituinte que a apresente fizesse, inclusive, uma descrição sintética do nível de desenvolvimento daquela instituição, do seu nível operacional, para que nós tomássemos um conhecimento pelo menos superficial. Aí já eliminaríamos um problema porque com esta tomada de consciência já facilitaria a escolha.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Mantemos, portanto, a decisão anterior no sentido de que quando alguém não se sentir suficientemente esclarecido para decidir, basta que faça a observação e nós separaremos para, num outro momento, com a presença da Constituinte Márcia Kubitschek, podermos decidir sobre esses assuntos.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, lamento introduzir um detalhe que não é muito animador. De qualquer maneira, o calendário do qual tenho conhecimento, o único documento que chegou-me às mãos, prevê para o dia 6 de maio o fim das audiências — e estamos aqui marcando audiências para 5 de maio em diante. Então, solicitei ao Sr. Secretário para conversar com a Dr.^a Sara Abraão, e ela confirmou. Está aqui em mãos. O único documento é este: dia 6 de maio termina o prazo para o recebimento de sugestões e começa a ser contado o prazo para o relator preparar o seu relatório, já depois de findo o prazo de recebimento de sugestões. De maneira que levanto somente esta preliminar: apurarmos realmente, porque estamos marcando aqui datas que poderão não ser cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Decidimos em conjunto, nesta subcomissão, as datas das audiências e os respectivos dias destinados a determinados assuntos. O entendimento da subcomissão naquele dia — e o meu estendimento pessoal continua assim hoje — é de que 6 de maio é o último dia para a apresentação

de sugestões dos Constituintes à Mesa da Constituinte, e não para ouvir entidades nas subcomissões.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Mas a questão não é esta, é se começa a contar o dia 6 de maio o prazo para a apresentação do relatório. O relatório vai ser apresentado 5 dias depois, e até o último dia do prazo para a apresentação do mesmo, continuam as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zanetti) — Já vimos essa questão aqui, também: a apresentação do relatório dar-se-á no dia 11 de maio. Por isso, naquela oportunidade, havíamos encerrado as audiências no dia 8, exatamente para que o Sr. relator tivesse um prazo pela frente para, mesmo ouvidas as últimas entidades, ainda eventualmente enriquecer ou alterar o seu relatório.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Tudo isso é na base verbal. Eu estou com um documento escrito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Onde está escrito que o último prazo para ouvir as entidades é no dia 6 de maio? Qual é o artigo do Regimento Interno?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não sei. Não entendo disso. A Dra. Sara, que é responsável por esse setor, informou agora isso.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência solicita à Assessoria que informe qual é o artigo do Regimento que prevê esta determinação. (Pausa.)

A Secretaria está nos esclarecendo que se alterou a data para o recebimento de sugestões. Portanto o prazo para as sugestões dos constituintes a serem entregues à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte se encerra no dia 6 de maio — encerrava-se, anteriormente, no dia 23 de abril.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Perdão, mas as entidades virão aqui apresentar sugestões até a véspera do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Esta Presidência decide sobre este assunto.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não!

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS — Seria penoso que a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes concluisse seu trabalho de auscultar a sociedade civil brasileira, com uma postura que importasse numa definição defeituosa do que seja cultura. Veja-se por exemplo, o caso da Academia Brasileira de Letras — é claro que não me ocorreu outra instituição na hora e eu citei esta, embora tenha posto general da junta militar como imortal, mas não é esse o caso. Temos que ser abrangentes, a subcomissão não pode ignorar que existe, por exemplo — e ainda há pouco o Constituinte Florestan Fernandes lembrou — na área da cultura, o livro, existe o autor do livro, existe o editor do livro, pois não adianta o autor se não houver o editor, para fins de cultura, a não ser a dele própria; o comércio do livro — só para falar do livro. E como não vai haver tempo, uma proposta que deixo à reflexão, é que poderia a subcomissão dirigir-se a uma série de instituições, como a União Brasileira dos Escritores, a Câmara Brasileira do Livro, e outras que forem arroladas, mas sempre de maneira ecumênica, sem vetar quem quer que seja, e mandar um telex dando um prazo para que apresentem, por escrito, de maneira sucinta, a sua posição e eventuais reivindicações. Assim fica marcado, historicamente, que a subcomissão tomou conhecimento, que sabe que livro faz parte da cultura, a subcomissão sabe que teatro faz parte

da cultura, etc., porque há muita gente que pensa que cultura é só uma determinada área — as outras não são cultura. De modo que a única maneira é essa, porque o tempo não vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a e lembramos uma decisão desta subcomissão já neste sentido. Apenas solicitamos àqueles que tenham eventualmente instituições a indicar para esta consulta, em base de decisão anterior desta subcomissão, que o façam à secretaria, a quem pedimos que providencie oficiar a essas instituições, solicitando a sua contribuição. Acatamos, portanto, a sugestão do Constituinte Sólton Borges dos Reis e agradecemos a S. Ex.^a

Esta Presidência vai decidir sobre a questão apresentada pelo eminente Relator Constituinte João Calmon, com base numa ampla discussão já adotada por esta subcomissão, com base em que esta subcomissão fixou dias, datas e roteiros para ouvir diferentes entidades sobre os assuntos pertinentes a esta subcomissão.

Na interpretação do Regimento Interno, já que não há nenhum texto explícito sobre essa questão; considerando também que já comunicamos às entidades que iríamos ouvi-las, e que é essencial ao processo constituinte, tal como foi dimensionado por esta estrutura, que se ouça e que se tenha a presença das entidades representativas dos segmentos da sociedade civil brasileira. Embasado ainda na compreensão do nosso eminente relator, que seguramente a terá conosco, e que nós saberemos tê-la com ele, à medida em que também compreendemos que o prazo de que dispõe o Sr. relator é exiguo — invoco aqui o testemunho do nobre relator, quando na presença de uma comissão formada pelo Dr. Ulysses, quando discutimos problemas de prazo, lá estive eu e a única ponderação que fiz foi de que o prazo para o relator da subcomissão era exiguo, mas nos foi colocado em contrapartida que era um prazo para um relatório preliminar e um anteprojeto que depois passaria por uma discussão e por emendas dos próprios membros da subcomissão.

Compreendendo que o prazo do dia 6 de maio é para apresentação de sugestões dos Srs. constituintes à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, adoto a decisão de que mantenhamos o cronograma fixado e ouçamos as entidades convidadas para os dias 5, 6, 7 e 8 de maio.

Pediria para contar, nesta decisão, com a compreensão dos Srs. membros e, especialmente, a compreensão do nosso eminente relator, que está com um prazo reduzido, mas terá seguramente a solidariedade de todos nós na compreensão deste relatório e deste anteprojeto, e o enriquecimento através da participação de todos nós depois, nas emendas, nos debates e no processo que seguirá, a encerrar-se no dia 25 de maio.

O SR. RELATOR (João Calmon) — O Relator não tem a menor objeção com relação a audiências de entidades de todas essas áreas de educação, cultura, esportes, turismo, lazer, etc., mas, há um problema que está acima de nossa vontade: é o prazo mínimo que já é insignificante, de 5 dias, para que o Relator apresente o seu relatório. Então, se, por decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que é a autoridade maior, o prazo para a apresentação do relatório for mesmo — e não tenho certeza disso — o dia 11 de maio, o Relator teria apenas os dias 9 e 10 para, no dia 11, apresentar o relatório.

Então, temos níveis de decisão...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — E ainda há o seguinte: se V. Ex.^a não fizer o relatório, outra pessoa ficará encarregada de fazê-lo.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Exatamente, há este risco. Então, deixe-me concluir o meu pensamento. V. Ex.^a confirma o que estou dizendo. Para mim, seria desejável ouvir não apenas durante 8 dias as entidades, o ideal seria ouvirmos durante 15, 30 dias, seria altamente desejável. A única dúvida que tenho — não estou fazendo nenhuma afirmação, estou manifestando uma dúvida, formulando uma indagação — é que se realmente o prazo, de acordo com o que está aqui escrito: “dia 11 o Relator apresentará anteprojeto”, para ele apresentar no dia 11 o seu anteprojeto, é necessário que comece a correr o prazo no dia 6 de maio. Então, na hipótese — que é absolutamente inimaginável — de ser tomada uma decisão, violando as regras já aprovadas a nível da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, haveria uma solução, por absoluta impossibilidade de se fazer em dois dias o relatório, o Relator não apresentaria o seu relatório — e está previsto.

Violado o que foi determinado pela Assembléia Nacional Constituinte, através de sua Mesa, e diante da absoluta e total impossibilidade de fazer um relatório abrangendo todas as centenas ou milhares de sugestões e, ainda, as sugestões das entidades de classe, o Relator lamentaria muito, mas haveria uma total impossibilidade de, em dois dias, apresentar o seu relatório. Mas já está prevista esta hipótese: o relatório será apresentado pelo Relator da Comissão Temática. Isso não é problema de decisão; tomar decisão é assunto encerrado, não. Temos aqui regras, e a única regra escrita que temos prevista é esta que foi exibida há pouco, pela Dr.^a Sara Abraão. Então, só tenho esse prazo: dia 11 de maio, quando o Relator apresentará o seu anteprojeto.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — Permite-me um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não há previsão regimental para aparte, mas é possível.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — É apenas para ajudar na solução dos trabalhos. A dificuldade é óbvia e alarmante. Mas, talvez fosse conveniente começar a inventariar as sugestões, porque temos recebido sugestões, fundamentações e justificativas das mesmas. Quem sabe se poderia — os assessores ou a própria Secretaria — inventariar as sugestões.

Por exemplo, em matéria de educação: “A educação é direito de todos” — essa é uma sugestão. “A escola pública é gratuita em todos os níveis” — é outra sugestão. “A escola pública é gratuita apenas no nível primário” — é outra sugestão. “O dinheiro público é só para escola pública” — é outra sugestão. Enfim, fazer um inventário para já ir construindo...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a e para que não fique registrado que esta Presidência está decidindo fora do Regimento, quero reafirmar, como Presidente, que adotei uma decisão fundamentada no Regimento. Vou ler o art. 17.

“Da elaboração do projeto de Constituição — art. 17.

O relator na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 30 dias, apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria. O anteprojeto será distribuído em avulsos aos demais membros da Subcomissão para, no prazo de 5 dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas. Encerrada a discussão, o relator terá 72 horas para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o

anteprojeto submetidos à votação. As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, ser reapresentadas nas demais fases da elaboração da Constituição. A Subcomissão, a partir de sua constituição, terá o prazo de 45 dias para encaminhar à respectiva Comissão o anteprojeto por ela elaborado e, não o fazendo, caberá ao relator da Comissão redigi-lo no prazo de 5 dias."

Este art. 17 nos dá claramente a resposta. Primeiro, que o prazo para a apresentação do relatório com o anteprojeto é 11 de maio, sem nenhuma limitação para a apresentação das sugestões por parte dos membros desta Subcomissão, ou data fixada para a oitiva de entidade. Mais que isto, os demais prazos são fixados nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º. Portanto, não há, no Regimento, nenhum limite no sentido colocado aqui pelo Sr. Relator João Calmon. Por esta razão e fundamentado no art. 17, é que esta Presidência decidiu — aliás, antes de decidir, referiu exatamente a estes prazos que, embora não tendo texto específico com os artigos e parágrafos, nós colocamos as datas claramente, dizendo que o dia 11 de maio é o dia-termo para a apresentação do relatório e do anteprojeto, com ou sem discussão preliminar, e o dia 25 de maio é o término de apresentação do relatório final por parte da subcomissão.

Concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente, Aécio de Borba.

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Eu queria, Sr. Presidente e companheiros que nós refletíssemos bem. O nobre relator está levantando uma questão que realmente tem algo de apreciável, porque é seu temor de que tenha, em 48 horas, que elaborar um relatório. Nós, entretanto, pedimos permissão ao nobre Constituinte para uma reflexão a respeito do assunto.

Nós teremos ouvido as entidades relativas à área de Educação até o dia 30 do corrente mês. E eu não tenho dúvidas de que a área de Educação é aquela que merecerá, na Constituição, a maior quantidade de artigos, de normas, de princípios a serem realmente levados a efeito. Então, a partir do dia 30 não teremos mais audiências com entidades da área de Educação. E o nobre relator não poderá ficar, em hipótese alguma, esperando o texto a ser elaborado somente depois de vindas todas as sugestões. A sua designação é a representação de toda a Comissão, principalmente daqueles que a integram, de que a ele caberá, sem dúvida alguma, talvez até uma antecipação de texto para a nossa apreciação, para a apreciação de toda a Comissão, já que a ele, pela forma regimental, cabe a elaboração dessa norma.

Então, os últimos dias serão para o ajuste das opiniões que se mostrarem contrárias ou favoráveis àquilo que está expresso no texto pré-concebido. O temor do relator é realmente válido, mas eu me permiti fazer essas observações para mostrar que nós não vamos depender de que ele elabore em 48 horas.

O prazo, a partir do momento em que foi instalada a Comissão e o designaram relator, é de 45 dias, que finda no dia 11, para, com ou sem discussão, de acordo com o que diz o Regimento, apresentar o texto que lhe compete elaborar. Esses dois dias finais em que as audiências serão específicas sobre a área de Cultura e Esporte, áreas que, sem dúvida, envolverão talvez no máximo um artigo, penso eu, com alguns itens, não darão esse trauma de necessidade de um trabalho emendado, diuturno, depois de feitas essas audiências.

Peço desculpas ao nobre Relator, mas era a minha opinião, que acho que colabora para que se chegue a um desiderato e se cumpra aquilo que esta Comissão já esta-

beleceu, porque as entidades já estão notificadas de que terão que se pronunciar nesses dias. Se nós, agora, fizermos uma mudança, é totalmente contrário. Acho que anunciar e não fazer é muito pior do que não anunciar.

Era a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.ª

Eu pediria compreensão a esta Subcomissão. Está aqui, a Sr.ª assessora que foi referida como tendo feito a afirmação?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não, perdão. A Sr.ª assessora se chama Dr.ª Sara Abraão. Quem deu esta informação foi a Dr.ª Sara Abraão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Secretário Sérgio, quem é que prestou a informação?

O SR. RELATOR (João Calmon) — Eu pensei que fosse a Dr.ª Sara Abraão a Coordenadora dessa área.

A SR.ª SARA FIGUEIREDO — Eu é que estou na Secretaria Legislativa.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não é mais a Dr.ª Sara?

A SR.ª SARA FIGUEIREDO — A Dr.ª Sara Abraão é assessora da Mesa.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Perdão, eu não sabia. Foi uma troca de sobrenomes.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Bem, mas a Sr.ª Sara Figueiredo está aqui conosco, e eu a consulto se ela fez a afirmação de que o dia seis de maio é a última data para ouvirmos entidades aqui na Subcomissão. Em caso afirmativo, qual é o dispositivo regimental que suporta essa informação?

A SR.ª SARA FIGUEIREDO — O problema é o seguinte: essas sugestões que estão referidas aqui são as que entram pela Câmara dos Deputados à Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, pela Mesa da Constituinte, que são numeradas, todas já estão no terminal com as emendas e vão ser feitos avulsos.

Agora, quanto à Comissão ouvir entidades, ouvir outras sugestões depois desse prazo, não há problemas maiores, não há regra proibitiva. Agora, dentro dos prazos aqui contados da apresentação do anteprojeto pelo Relator, continua nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a V. S.ª e compreendemos perfeitamente, porque havia aí um nome de Sara Figueiredo e de Sara Abraão, que fundamentou também a informação do nobre Relator João Calmon.

Penso que, com isso, nós podemos chegar a um entendimento e prosseguirmos os nossos trabalhos.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Permita-me Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Relator João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Esta é uma das onze Subcomissões que trabalham na Assembléia Nacional Constituinte. Nós podemos prosseguir os nossos trabalhos normalmente em 24 Subcomissões. Não é uma decisão isolada de uma Subcomissão. É muito fácil apurarmos como é que vão proceder as outras Subcomissões, qual será o entendimento. De qualquer forma, o § 4.º do art. 17 admite também essa possibilidade: se não houver condições de redigir um relatório, o mesmo não será apresentado em nível de Subcomissão. Mas essa hipótese me parece extre-

mamente improvável, porque nós temos ainda vários dias para apurar como as outras 23 Subcomissões vão agir.

Então, é muito simples, ao invés de nós prolongarmos esse agradável debate, vamos saber exatamente como as outras vão atuar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Eu pediria a compreensão de V. Ex.^ª, porque eu vou acatar aqui a sugestão do eminente Relator. Ele, que levantou o debate, sugere que o mesmo se encerre por ter chegado a uma compreensão.

Apenas abro a perspectiva de que se algum Constituinte discordar da decisão da Mesa, mesmo buscando informações em outras Subcomissões, poderá recorrer ao Plenário. E eu, com a maior humildade, acatarei, se a decisão da Subcomissão for diversa, ou seja, estou mantendo a decisão nos termos já enunciados, mas democrática e humildemente abro essa perspectiva ao nosso Relator que, em base a outras informações possa, em um outro momento, recorrer a esta Subcomissão da decisão, se outra for a decisão da Subcomissão, pois a terá cumprido democraticamente.

Agradeço a V. Ex.^ª, eminente Relator.

Retomando o nosso trabalho anterior, estamos com algumas dificuldades no sentido de elencarmos as entidades da área cultural e personalidades. Por isso, vou repetir aquelas, cuja previsão para serem ouvidas é no dia 5 de maio, pela manhã. Pediria apenas que houvesse a compreensão de V. Ex.^{as} no sentido de que eu pudesse ler todo o rol para que, depois, houvesse o pronunciamento sobre o rol enquanto um todo, ou sobre destaques a serem discutidos em um outro momento.

Para o dia 5 de maio, pela manhã — Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Nora Esteves — bailarina e Henrique Morelembaum — Maestro, Maria Luíza Noronha — Diretora da Escola Estadual de Danças do Rio de Janeiro, Fundação do Balé do Rio de Janeiro, Isaac Karabistchevsky, da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira e Fundação Roberto Marinho e Academia Brasileira de Letras, através de seu Presidente, Austregésilo de Athayde.

Então, esta seria a relação para serem ouvidos no dia 5 de maio pela manhã. Abro aí a possibilidade para pronunciamentos. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — O Professor Sólton Borges haveria sugerido a União Brasileira dos Escritores e a Câmara Brasileira do Livro, que considero sugestões muito boas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^ª

O Constituinte Sólton Borges dos Reis, se entendi bem, sugeriu que pudessem ser ouvidas, via correspondência, para que trouxessem a sua contribuição. No entanto, pudemos ter, eventualmente, a discussão deste rol aqui apresentado e, se for o entendimento de que algumas destas entidades possam ser substituídas por estas outras, a Presidência está perfeitamente aberta a esta possibilidade.

O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS — A minha sugestão era de que, dada a escassez evidente e angustiante do tempo, nós nos dirigissemos a determinadas instituições que não terão tempo de ser ouvidas e aí pode ser também incluída a Academia Brasileira de Letras e outras, com um telegrama ou telex dizendo:

“Comunico a esta instituição que se esgota no dia tal, o prazo para a Subcomissão receber sugestões sobre o capítulo referente à Cultura, etc.”

Acho que nestes termos seria melhor. Poder-se-ia fazer

uma avaliação dessas instituições. De qualquer maneira, uma parte delas — as mencionadas ou as não mencionadas — poderia receber este convite, porque assim se dirá que nós aproveitamos a contribuição e não se dirá que as ignoramos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não. Agradecemos a V. Ex.^ª e compreendemos isto na exata dimensão do seu enunciado. A única questão que há é que o Constituinte Florestan Fernandes referiu que a União Brasileira de Escritores, a Associação Brasileira de Imprensa e a Câmara Brasileira do Livro teriam sido enumeradas por V. Ex.^ª, não para serem ouvidas através de telegrama, mas aqui, pessoalmente, através de representantes. A perspectiva que esta Presidência abre é que, ao discutirmos este conjunto de entidades, eventualmente se venha a substituir algumas delas e, em seu lugar, colocar uma destas três aqui referidas.

Concedo a palavra ao Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, ilustres constituintes:

Examinando esta lista, nós observamos duas coisas. Em primeiro lugar, é que a grande maioria, realmente, é constituída por entidades oficiais.

Em segundo lugar, é que está prevista aí — como não esteve previsto no caso de Educação — a audiência pública a pessoas. No caso da Educação chegamos, inclusive, a examinar nomes, sugerir-los, e achamos melhor que isto ficasse para um dia posterior e não fosse incluído dentro de audiência pública. Parece-me conveniente que este mesmo critério fosse utilizado na área da Cultura e, para isto, sugiro ao Presidente que, no primeiro momento, discutisse isso com a Constituinte Márcia Kubitschek, no sentido de que as indicações pessoais não fossem ouvidas no momento das audiências públicas; que por critério utilizado pela Subcomissão foi reservado a entidades e, se possível, entidades não governamentais. Portanto, a minha proposta objetiva é de que não incluíssemos nas audiências públicas as sugestões de pessoas.

Em segundo lugar, desde que se adotou o critério por área da Cultura — e parece que esse foi objetivo — que esta Subcomissão mantivesse uma flexibilidade para que, no dia em que estivesse atendendo às entidades oficiais, fossem também ouvidas entidades não oficiais, que eventualmente aparecessem aqui para participar da audiência pública. Acho que isso não teria inconveniente, acima de tudo, na medida em que acredito que algumas delas poderiam, inclusive, trazer por escrito essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Penso que é importante a sugestão que nos coloca o Constituinte Octávio Elísio, mas repito: esta Presidência precisa decidir este assunto. A questão é elementar. Estamos hoje no dia 25. Temos, nos dias 28, 29 e 30, audiências exclusivas para ouvirmos as entidades. Isso nos leva à necessidade de adotarmos aqui, hoje, uma decisão. Penso que eventualmente poderemos adotar esta decisão do Constituinte Octávio Elísio e, no lugar das personalidades, ouvirmos estas outras instituições aqui sugeridas. Só que esta Presidência quer colocar uma dificuldade objetiva: sobre as personalidades na área da Educação, temos os nomes e vamos tentar decidir alguma coisa hoje.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Faremos a mesma coisa com os nomes da Cultura, mas fora da audiência pública, que é o critério.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Há necessidade de explicarmos, para que possamos adotar estas decisões hoje, a razão pela qual havíamos incluído personalidades no dia de instituições, era o fato de o nosso calendário estar bastante apertado. Mas penso que esta

sugestão do Constituinte Octávio Elísio nos abriria a perspectiva de podermos acolher entidades como a União Brasileira de Escritores, a Associação Brasileira de Escritores e Câmara Brasileira do Livro para o dia 5, pela manhã, juntamente com as outras entidades, deixando de lado as personalidades, para as quais buscaríamos uma outra data, se possível.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Já tenho uma proposta objetiva para ser colocada. Primeiro, é o seguinte: esta Subcomissão faria qualquer sugestão de audiência individual a pessoas. Eu sugiro que a Subcomissão, ao invés de ouvi-las, envie uma consulta pedindo-lhes qualquer sugestão específica à Subcomissão no que se refere à Educação, Cultura e Esporte.

Segundo lugar: tendo em vista o curto prazo que temos, que se faça a seguinte consulta: são pessoas idôneas, competentes, que têm uma contribuição a dar. Esta Subcomissão gostaria de receber delas sugestões em termos do trabalho nosso, por escrito.

Terceiro ponto: ao se divulgar a agenda referente à área de Cultura, esta Subcomissão divulgasse estas que estão aí, e abrisse alternativas, no mesmo dia, a outras entidades que desejam apresentar as suas propostas que as encaminhem, nesses dias, à Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Por escrito?

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Por escrito. Acho que se poderia, inclusive — se for o caso, se não houver um número grande delas — abrir a elas o espaço de apresentá-las oralmente. O que me parece importante é que estamos fazendo aqui as audiências referentes à área da Cultura. Vamos criar uma documentação que vai constituir a História da Constituinte nessa área específica. Parece-me extremamente precário que venhamos a ouvir apenas as entidades oficiais. É importante abrirmos um espaço para essas entidades, e a Subcomissão, inclusive, através da divulgação dessa agenda, procurasse divulgar que não recebemos solicitação de audiência de entidades ligadas à cultura popular, de entidades profissionais de artesãos, de artistas, etc. É que, por esta razão, a Subcomissão está aberta a receber solicitações de audiência dessas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Silva.

O SR. CONSTITUINTE PAULO SILVA — Quero fazer eco à proposta do Constituinte Octávio Elísio, porque entendo que é muito mais importante que ouçamos neste momento, as entidades que não são oficiais, porque os organismos oficiais, os conselhos normativos, já são do conhecimento de quem estuda o assunto, mas as entidades civis, que estão diretamente vinculadas à área de Cultura não o são. Por exemplo, o artesanato, que é da maior importância, não tem uma Confederação Nacional do Artesanato; há o Artesanato da Bahia, o Artesanato do Nordeste, etc., mas não há uma entidade. Então, abrir a possibilidade de que essas entidades venham aqui fazer as suas propostas, como a Associação do Televídeo de São Paulo, que é da maior importância, é um espaço que, eu entendo, precisa ser criado. O ideal é que nós tivéssemos tido acesso àquelas entidades todas que são cadastradas no Ministério da Cultura e selecioná-las pelas suas atividades. Mas com o prazo trabalhando contra nós, eu acho que o mais importante é que abramos a possibilidade de elas virem aqui apresentar suas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Nós agradecemos a V. Ex.^a, assim como agradecemos ao eminente Constituinte Octávio Elísio, e acatamos a sugestão. Parece que, com isso, temos condições de superar essa dificuldade.

Vamos reler, então, o nome das entidades que ouviríamos no dia 5 de maio; vou fazer pausadamente, para que se algum Sr. Constituinte quiser excluir algumas dessas entidades, que o peça. A observação ficará em destaque para, no momento, com a presença da Constituinte Márcia Kubitschek, podermos fazer as observações: Fundação Nacional Pró-Memória — aprovada; Fundação Casa de Rui Barbosa — aprovada; Fundação Joaquim Nabuco? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Sobre a Fundação Joaquim Nabuco, eu gostaria de falar. Sobre a Fundação Nacional Pró-Memória, todos nós temos bom conhecimento; sobre a Fundação Casa de Rui Barbosa, eu não sei qual é o alcance da experiência que esta instituição possui. Agora, a Fundação Joaquim Nabuco é uma instituição de grande envergadura que tem feito investigações importantes; tem um elenco de publicações na área da antropologia e poderá trazer uma contribuição fundamental. Então, acho que, nesse caso, essa instituição deveria ser convidada, e que se pedisse que uma pessoa — ou mais que uma — viesse aqui prestar colaboração. É claro que é uma entidade oficial, mas é uma entidade que tem trabalhado de forma séria e produziu um volume de trabalho de grande interesse científico.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Então, está aprovada a Fundação Joaquim Nabuco. Fundação do Balé do Rio de Janeiro — aprovada. Fundação Roberto Marinho — aprovada. Academia Brasileira de Letras — aprovada.

Sobre a mesa as indicações do Constituinte Sólton Borges dos Reis: União Brasileira de Escritores — aprovada; Associação Brasileira de Imprensa — aprovada; Câmara Brasileira do Livro — aprovada. Assim, estas são as entidades que ouviremos no dia 5 de maio, pela manhã.

No mesmo dia, na sessão das 17 horas, temos autorização da Presidência — e estava conosco também o nosso Relator João Calmon, quando ficou fixado o entendimento de que, a partir das 17 horas, as Subcomissões poderiam trabalhar, considerando que após esse prazo, houve o parecer de um jurista de São Paulo, Miguel Reale Júnior, no sentido de que quando se abre o prazo no plenário da Constituinte para a apresentação e debate das sugestões individuais dos Srs. Constituintes, é entendido como um prazo de debate que também pode ser utilizado nas Subcomissões. Por isso, nós proporíamos que, ao invés das 18:30, iniciássemos às 17 horas, que é uma hora regimentalmente já autorizada. E poderíamos, com isso, antecipar o horário de trabalho. Se não houver objeção de parte dos Srs. Constituintes, nós preferiríamos fazer às 17 horas, em vez de às 18:30, pois parece que isso amplia o nosso prazo de trabalho. Todos concordam? (Pausa.)

Então, no dia 5 de maio, às 17 horas, ouviríamos a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Conselho Nacional do Direito Autoral, o Sistema Nacional de Museus, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura, a Confederação Nacional de Teatro Amador, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Sociedade Brasileira de Antropologia.

Vou reler agora, uma por uma, para ver se conta com a concordância dos Srs. Constituintes:

No dia 5 de maio, a partir das 17 horas na Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — aprovada. Conselho Nacional de Direito Autoral — aprovado. Sistema Nacional de Museus — aprovado. Fórum Nacional de Secretários de Cultura — aprovado.

Quem falou foi o Conselho de Secretários de Educação e o Constituinte Louremberg deve estar lembrado de que eu

referi aqui que havia recebido uma carta e um pedido para serem ouvidos.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, por último, Sociedade de Antropologia — aprovado para a reunião das 17 horas.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Louremberg Nunes Rocha .

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — E o caso postulado, hoje, da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois, agora, nós iremos tratar das audiências das 9 horas do dia 6 de maio, onde estamos pretendendo sugerir essa organização.

Peço escusas, porque estava escrita à mão, e eu a omiti nessa segunda oportunidade, a Cosfederação Nacional do Teatro Amador, que seria também ouvida no dia 5, às 17 horas. Já havia lido antes, só não li da segunda vez, quando estávamos aprovando individualmente o rol das entidades. Está aprovada.

Para o dia 6 de maio, às 9 horas: Fundação Nacional de Arte — Funarte, e temos aqui o Instituto Nacional de Artes Plásticas, o Instituto Nacional de Fotografia e o Instituto Nacional de Música. Fundação Nacional de Arte, a primeira; Empresa Brasileira de Filmes, a segunda; Conselho Nacional de Cinema, a terceira; Instituto Nacional de Arte Cênica, a quarta; Instituto Nacional de Folclore, a quinta; Instituto Nacional do Livro, a sexta; Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, a sétima, e o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Brasília — Senalbra, a oitava.

Vou reler, já com a intenção de podermos decidir. Repito que, se alguém quiser levantar questionamento sobre alguma entidade, para deixarmos para uma decisão posterior, manifeste-se, por favor, no momento da leitura do nome.

Fundação Nacional de Arte — Funarte — aprovada. Empresa Brasileira de Filmes — Embrafilmes — aprovada; Concine — Conselho Nacional do Cinema — aprovado; Inacen — Instituto de Artes Cênicas — aprovado; INF — Instituto Nacional do Folclore — aprovado; INL — Instituto Nacional do Livro — aprovado; Febab — Federação Brasileira da Associação dos Bibliotecários — aprovado; Senalbra — Sindicato dos Empregados de Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional de Brasília — aprovado.

Pediria apenas à nossa Secretaria que, ao dar aquiescência para que o Senalbra preste aqui o seu depoimento, advertisse de que esta subcomissão gostaria de receber o seu depoimento da representação nacional considerando que o Senalbra tem representação em todas as unidades da Federação. Dito isto, fica aprovado o rol das entidades a serem ouvidas.

Segundo a sugestão do Constituinte Octávio Elísio, teríamos agora, na área da Educação a exposição dos Srs. Paulo Freire, Heitor Gurgulino de Souza, Guiomar Namó de Melo e Neidson Rodrigues. Na área do Esporte, havia sido sugerido, na primeira reunião, o nome de Edson Arantes do Nascimento. Na área da Cultura, tínhamos aqui a indicação de Nora Esteves, Henrique Morenlembau, maestro; Maria Luísa Noronha, Diretora da Escola de Danças, e Isaac Karabitchevsky.

A sugestão do Constituinte Octávio Elísio era no sentido de que a estas personalidades se escrevesse pedindo que enviassem a esta Subcomissão, por considerar a sua relevância nas áreas específicas, contribuição escrita se assim o desejassem, do texto constitucional e de suas sugestões nas áreas específicas.

Esta Presidência consulta os Srs. Constituintes se concordam em mantermos, em relação a estas personalidades, esta decisão? (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE AÉCIO DE BORBA — Se o objetivo em relação a estas personalidades é apenas escrever, acredito que pudesse colocar na área esportiva o nome do Sr. Valé Perry...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — V. Ex.^a tem razão. Fui agora auxiliado pela nossa assessoria, incluindo aqui a sugestão que V. Ex.^a já havia feito, do nome do Sr. Valé Perry.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, gostaria de reforçar esta sugestão, acima de tudo pelo problema do tempo. Acho que o interesse nosso, se tivéssemos um calendário mais dilatado, que seria realmente de todo interesse para facilitar uma participação maior, gostaríamos de ouvir estas personalidades e, possivelmente, outras. Na impossibilidade disso, é que fiz a sugestão de que solicitássemos dessas pessoas, inclusive citando que elas haviam sido indicadas a participar do debate aqui conosco, a que enviassem a esta Subcomissão as propostas que, eventualmente, tenham para a área específica. Imagino que, se for conveniente, e dependendo das propostas que enviem, poderemos, na fase da discussão do anteprojeto apresentado pelo Relator, eventualmente trazer algumas dessas pessoas para uma discussão específica já dentro de uma proposta, de um texto específico. Então, a sugestão que apresentei à Subcomissão está basicamente presa ao fato de não termos tempo. E, por causa disso, pelo fato de que essas pessoas foram sugeridas, que as consultássemos por escrito.

Além disso, fizemos uma outra sugestão no sentido de que ao ser divulgada esta listagem que aprovamos para a Cultura, esta Subcomissão divulgasse também que ela estaria aberta a receber sugestões de outras entidades que, eventualmente, não tenham sido consultadas pela Subcomissão para audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Consultamos a Assessoria se foi feito contato no sentido de garantir aqui a presença de um jornalista para a divulgação dos trabalhos desta Subcomissão. (Pausa.)

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Quem manteve contato comigo foi uma funcionária do Senado, do Serviço de Divulgação, e não uma jornalista da imprensa falada, escrita e televisada. Uma funcionária do Senado, nada mais do que isto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Insistimos no sentido de que se officie que esta Subcomissão solicita, para ter aqui, um assessor de imprensa para a divulgação dos trabalhos.

De qualquer forma, como não há manifestações em contrário à sugestão do eminente Constituinte Octávio Elísio, temos as sugestões como acatadas por esta Presidência. Solicitamos à Secretaria que, ao dar divulgação dos nomes das entidades a serem ouvidas, desse divulgação também de que aqui estaremos à disposição para re-

ceber das respectivas áreas, nos respectivos dias, as demais entidades que tenham a sua contribuição a trazer a esta Subcomissão.

Mais que isto: solicitamos que, nos termos da sugestão feita pelo eminente Constituinte Octávio Elísio, se oficie a essas personalidades aí referidas, do Esporte, da Cultura e da Educação, para solicitar suas sugestões nos termos aqui sugeridos por aquele Constituinte, com a urgência necessária para que possam receber a manifestação desta Subcomissão, e também o tempo necessário para sua resposta. Penso, então, que com isso, tenhamos decidido esse

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tadeu França.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, além de apoiar a proposição do nobre Constituinte Octávio Elísio, com relação às consultas e obtenção de sugestões dessas personalidades, gostaríamos também de propor que além dos nomes que foram lembrados, que a agenda ficasse em aberto porque podem surgir nomes importantes. Agora há pouco, além do Jorge Amado, que não está na listagem, Gilberto Freyre, que não poderia provavelmente estar aqui, mas é um dos nossos vultos maiores em termos da Cultura brasileira.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de trazer uma preocupação com relação a um entrave que, historicamente, tem afetado e convívio com as manifestações artísticas e culturais. De acordo com as circunstâncias, com as variações do tempo, é que se tem marcado presença o instrumento chamado censura. Os motivos são os mais variados: obras de artes ou manifestações culturais e musicais. Todos nós temos conhecimento de como é que tem funcionado o mecanismo da censura. Então, gostaria de submeter à apreciação dos Srs. Constituintes que, talvez como um dos fechos, ou intercalado, como uma espécie de apêndice a uma das manifestações, que os responsáveis pelo mecanismo de censura — até mesmo porque vamos ter que enfrentar essa situação de um posicionamento em torno da permanência, ou da disciplina, ou da justificativa ou não de critérios em termos da censura nacional — razão pela qual trago esta inquietação.

Gostaria de ouvir a Presidência e os demais colegas, se possível, sobre a presença dos atuais responsáveis pelos mecanismos de censura, ou, pelo menos, de um deles, quais os critérios, o que tem sido a tônica, o que tem ocorrido, para que nós pudéssemos, através da discussão, criar opinião desta Subcomissão sobre a censura em termos de futuro, com relação à Cultura, à Arte, que são principalmente os alvos mais atingidos pela censura que está aí colocada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a Parece realmente importante o assunto que V. Ex.^a traz. O que esta Presidência não sabe é se a questão da censura está sendo tratada em outras Subcomissões.

Concedo a palavra aos membros desta Subcomissão para, em conjunto — quem sabe — refletirmos e decidirmos sobre esta ponderação que nos apresenta o Constituinte Tadeu França. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Sr. Presidente, achei oportuna a observação do nobre Constituinte sobre a censura — esta que está até ameaçada de ser extinta, isto é, muitos querem que ela saia, inclusive, da Polícia Federal — que está muito discutida atualmente, mas que ainda prevalece pelo bom senso, sendo da norma constitucional e deveremos também fazer com que esta

censura possa vigorar na área da Educação, para preservar valores éticos, morais e até religiosos. É necessário que tenhamos alguém desta instituição aqui. Acho oportuno, mesmo independente de outras Comissões, mas que na Comissão de Educação, que é de formação, que é caráter, que é tudo de necessário para o desenvolvimento da personalidade, que haja também um representante aqui da censura, inclusive para debater o assunto que é de suma relevância, e muitas pessoas esperam de nós, os componentes desta importante Comissão. Que tenhamos, aqui, algo relacionado com a censura.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.^a Indago dos Srs. Constituintes se há mais algum membro desta subcomissão que deseje se manifestar sobre este assunto? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Constituinte Louremberg Nunes Rocha.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Sr. Presidente, o Constituinte Antônio de Jesus lembra bem que a execução da censura está a cargo da Polícia Federal e de órgãos a ela vinculados. Mas, evidentemente, ela se relaciona com o exercício da Cultura e da Arte no Brasil. Tenho a impressão que nada impede que a sugestão do Constituinte Tadeu França seja acolhida, porque se vamos tratar aqui da forma de expressão da Cultura e da Arte, nada impede que tratemos também das formas que obstam essas manifestações, ainda que a execução dessa política não caiba, diretamente, à Educação. Mas, acredito que deve prevalecer aqui a oitiva de elementos que exercitam essas funções, hoje, para que esta Subcomissão possa opinar tecnicamente com relação ao exercício da censura no Brasil, independente de ter desde logo uma posição própria.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Informo a V. Ex.^{as} que a Assessoria está buscando esclarecimentos se há alguma outra subcomissão tratando do mesmo assunto.

Isto posto, pela manifestação feita agora pelo Constituinte Louremberg Nunes Rocha, esta Presidência também compreende que, pelo fato de outras subcomissões, eventualmente, estarem tratando do assunto, poderíamos também fazer alguma reflexão, algum debate, algum questionamento sobre este assunto aqui, nesta Subcomissão.

Percebo que, do trabalho já programado para o dia 8 de maio, temos, segundo o cronograma já pré-estabelecido, um tempo bastante disponível para efeito ainda de ouvirmos a área do lazer e a área do turismo.

Esta Presidência recebeu um telegrama da Embratur, no seguinte teor:

“Confirmamos participação Embratur, através seu Presidente João Dória Júnior, assim como das principais entidades de turismo na reunião da Subcomissão de Cultura, Esporte e Turismo da Assembléia Nacional Constituinte no próximo dia 7 de maio, às 9 horas e 30 minutos e às 12 horas e 30 minutos.”

Esta Presidência recebeu este telegrama. No entanto, não houve emissão de correspondência dando esta data. Estamos percebendo, aqui, que no dia 7 de maio temos Esporte e Turismo.

Consulto se já foram enviados ofícios convidando entidades ligadas à área do Esporte? (Pausa.)

Peço à nossa Assessoria que faça um contato com o Presidente da Embratur, João Dória Júnior, que assina este telegrama, no sentido de marcar esta reunião para o

período da tarde, às 17 horas do dia 7, ou às 9 do dia 8, porquanto a decisão do cronograma é de que teremos Turismo no período da tarde do dia 7 e, no período da manhã, do dia 8. Então, ou ouvimos o Dr. João Dória Júnior, e as entidades que dizem estar presentes no dia 7 de maio, no período da tarde, às 17 horas, ou no dia 8, às 9 horas da manhã.

A sugestão que esta Presidência faria é que, acertados estes esquemas em função apenas de mudança de horário, também pudéssemos — se for este o entendimento desta Subcomissão — acertar um horário para ouvirmos, aqui, esses órgãos encarregados da censura, no dia 8 de maio, no período da manhã, ou no período da tarde, às 17 horas.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Sr. Presidente, considerando as sugestões dos Constituintes Tadeu França e do prezado Antônio de Jesus, complementada pela do Constituinte Louremberg Nunes Rocha, gostaria de sugerir a S. Exas. que a censura eventualmente fosse convocada a vir a esta Subcomissão, na medida em que nós, da discussão de uma proposta objetiva constitucional, sentíssemos que a questão da censura está colocada de modo a que exigisse a presença dela para algum esclarecimento. Em outras palavras, como a questão da censura não diz respeito diretamente à Educação, Cultura e Esporte, mas apenas a uma ação do Governo em cima dessas áreas, a minha proposta é que, ao invés de convocá-la agora para debater junto com as entidades que vão trazer aqui propostas específicas dessa área, deixássemos para consultá-los ou, eventualmente, chamá-los aqui, no momento em que, discutindo o anteprojeto da Subcomissão, tivéssemos alguma dificuldade com relação ao problema do tratamento da censura nesta área específica.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Consulto o Constituinte Tadeu França se concorda com a proposta colocada pelo ilustre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, na realidade, confesso aqui a minha ignorância. Até hoje não consegui entender o funcionamento dos mecanismos de censura deste País em termos de passado e em termos de presente, numa razão da presença dos que exercitam a censura em nosso País. Por quê? Porque eles têm uma ligação direta, intensa e íntima com as manifestações culturais e artísticas de um modo geral. A meu ver, seria de suma importância, motivo por que reitero a posição no sentido de que venha e possamos contar com esta presença em termos de um debate em nossa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — A proposta que havia feito, Constituinte Tadeu França, é no seguinte teor: até hoje vemos a censura essencialmente com o seu caráter repressor das manifestações culturais. Tenho a certeza de que a posição, tanto de V. Ex.^a como a dos dois Constituintes que o sucederam nas observações aqui, é no sentido de que se discutisse um outro tipo de censura, que certamente não é a policial, repressora de manifestações culturais, que persiste ainda colocando a censura dentro do Departamento de Polícia Federal.

É por causa disso que me pareceu conveniente que, ao invés simplesmente de trazermos o órgão da censura aqui, discutíssemos primeiro qual é a visão que a Subcomissão tem em termos da área cultural, e como que uma eventual censura se colocaria dentro desta visão para que, aí sim,

viéssemos trazer à Subcomissão o Departamento de Censura, para colocar a sua posição e discutir com eles a nossa proposta específica.

O SR. CONSTITUINTE LOUREMBERG NUNES ROCHA — Acho que a proposta do Constituinte Octávio Elísio, ainda que seja a ideal, praticamente não tem condições de persistir, pelo seguinte: pela sua proposta teríamos que, abstratamente, definir aquilo que poderia ser ou não objeto de censura. Na proposta Tadeu França, teríamos aqui alguém da censura explicitando o mecanismo de funcionamento da censura, ou seja, nós veríamos a censura como se efetiva na prática. E, a partir daí, poderíamos ver meios e formas de impedir que ela funcione em determinadas circunstâncias, por exemplo.

Sabemos aqui — e acho que pouca gente conhece isso no Brasil — até em detalhes, a forma e os critérios utilizados por alguém da censura, por alguém que pratica a censura no Brasil ainda hoje. Será a forma mais adequada de podermos, na prática, efetivar e colocar qual é a posição desta Subcomissão com relação a isto.

Neste sentido, entendo que a sugestão Tadeu França é mais objetiva e mais prática.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Obrigado a V. Ex.^a Percebo que o Constituinte Octávio Elísio pretende retomar a palavra.

O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO — Acho que isto está mais ou menos claro, pelo fato de eu haver começado a falar. Mas eu gostaria de dizer, objetivamente, que não acho de nenhum interesse para nós — e acho que esse não é o interesse dos Constituintes que nos antecederam — ouvir a censura do jeito que ela se processa aí. Sabemos muito bem que quando era Ministro da Justiça o Constituinte Fernando Lyra, houve manifestação clara e definitiva de que a censura, como está, como estava e como continua, não era conveniente à consolidação da democracia. E ele propôs, inclusive, a um grupo que examinasse o funcionamento da censura e oferecesse proposta. Esta equipe nomeada por ele funcionou e elaborou um relatório.

Parece-me mais conveniente que, em vez de trazermos aqui alguém que simplesmente tenha como objetivo a repressão policial das manifestações culturais, e não um ato de censura que, tenho certeza, é aquilo que os constituintes aqui pretendem, que solicitássemos ao Ministério da Justiça enviasse a esta Subcomissão o relatório deste grupo de trabalho nomeado pelo Ministro Fernando Lyra, a respeito do funcionamento da Censura Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Concedo a palavra ao Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS — Neste momento, eu diria até que a censura está ficando muito liberal. Há poucos dias tomei conhecimento de que foi liberada, inclusive, aquela peça terrível — eu diria, até demoníaca — chamada Teledeum — onde expõem ao vitupério inclusive valores morais da sociedade, valores religiosos, ao ponto mais baixo, que não dá nem para se dizer. Dizem que já foi liberada a peça, com poucas restrições. Mas quando é liberada com poucas restrições, vai na totalidade e vai, inclusive, colocar muita coisa que aprendemos nos nossos lares, na nossa família, sob o vitupério de uma desmoralização, inclusive dentro da censura.

É esta censura que realmente está aí, não tão repressora assim, mas esse caráter nosso seria até preventivo, para que se pudesse preservar ao menos algo que ainda vem sustentando — como eu disse — valores que devemos preservar na nossa comunidade brasileira.

É por isso que acho que deve estar presente aqui alguém que nos pudesse esclarecer melhor, inclusive para que pudéssemos exigir mais deles ou para que eles dissessem realmente o que está acontecendo, porque atualmente até uma participação religiosa, que havia no Conselho de Censura, foi também extinta. V. Ex.^a deve saber disso. E como fica, então, a questão da censura? Temos, nesta hora, que nos posicionar, de direito e de fato, como porta-vozes do povo aqui, com uma grande responsabilidade, diante de uma Comissão constitucional que trata da Educação e, sobretudo, desses valores que serão extirpados da Cultura e da própria Arte brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a Nós faríamos um apelo para que pudéssemos chegar a uma conclusão sobre esse assunto, indo no seguinte sentido: penso que há duas propostas, e vamos decidir democraticamente. A intenção não é debater o mérito da questão, mas apenas sabermos decidir entre duas questões. Há uma proposta no sentido de convidarmos pessoas que representem os órgãos que praticam a censura no País, para que aqui compareçam e prestem seus depoimentos no dia 8 de maio. A outra proposta é no sentido de que solicitemos ao Ministério da Justiça o relatório da Comissão designada pelo então Ministro da Justiça, Constituinte Fernando Lyra, e que a Presidência agregaria uma parte desta proposta — com permissão do nobre Constituinte Octávio Elísio — que com base nesse relatório, quem sabe, naquele momento, poder-se-ia eventualmente chamar algum membro, se tivesse o entendimento da importância da presença em um outro momento.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Apenas uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Pois não, terei muito prazer em conceder a questão de ordem a V. Ex.^a Apenas vou concluir meu pensamento e deixar claro que a Mesa queria entender que a sugestão do Constituinte Octávio Elísio é preliminar e não elide a hipótese de que, em um outro momento, se pudesse decidir trazer alguém.

Se, por esta via, pudéssemos chegar a um entendimento, seria melhor, porque estaríamos liberados de decidir aqui.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA — Na proposta que formulamos, incorporamos ao relatório todos esses subsídios, que são de suma valia. Não há exclusão. Nós queríamos, com todos os elementos que já existem, pesquisados, relatados, que tivéssemos também, como de outras oportunidades aqui, condições de discutir, posicionar e firmar posições.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — A Mesa consulta os nobres proponentes se mantêm a proposta no sentido de, agora, decidirem sobre a presença ou não de pessoas para prestarem aqui, no dia oito, o seu depoimento. (Pausa.) Mantêm. Pois, então, temos que decidir. É assim que se decide nas democracias. Temos duas propostas, e entendo que não há ninguém contra as duas propostas. Parece-me que há interesse da Comissão em conhecer do assunto. Então, esta Presidência decidiria uma proposta contra a outra, ou seja, ou convidamos alguém para prestar o seu depoimento no dia oito — decidiremos isto agora — ou decidimos solicitar aquele relatório àquela Comissão, e ficamos com a hipótese de, em um outro momento...

Querem que votemos as duas? (Pausa.) Está bem! Então votaremos as duas. No entendimento da proposta do eminente Constituinte Octávio Elísio, de que a aprovação de sua proposta não significa a exclusão da hipótese de que, em um outro momento, se decida por trazer aqui algum depoente ou alguma entidade.

Com a ressalva de que, eventualmente, em um outro dia, se decida e fique ressalvada essa hipótese.

Então, pela ordem de apresentação, vamos votar as propostas. Primeiro, a proposta do Constituinte Tadeu França, no sentido que se convide, para o dia 8, depoentes que seriam depois identificados, com a ajuda da Assessoria e com a coordenação do nosso Vice-Presidente. Quem aprova essa proposta, conserve-se como se acha; os contrários manifestem-se, por favor. (Pausa.)

Penso que a Mesa também vota. Temos 3 votos contra. Então, por maioria de votos fica aprovada a proposta.

A proposta do Constituinte Octávio Elísio, no sentido de que se solicitem os relatórios dos trabalhos da Comissão instituída pelo Ministério da Justiça.

Os Constituintes que a aprovam queiram ficar como se acham, e os contrários que se manifestem. (Pausa.) Aprovada por unanimidade.

Solicito ao eminente Vice-Presidente, Constituinte Aécio de Borba, que nos ajude nos trâmites necessários, a marcar a data para os depoimentos da Embratur, primeiro, e depois de outras eventuais entidades que militem na área de Turismo, para a sessão do fim da tarde do dia 7 ou primeira sessão da manhã do dia 8. E que faça, também, as diligências necessárias para cumprirmos essa decisão da Subcomissão.

Concedo a palavra ao Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Sr. Presidente, quero servi aqui como instrumento de memória coletiva. A Câmara dos Deputados realizou, como iniciativa do Deputado Israel Dias-Novaes, um inquérito especial a respeito da censura sob a ditadura. Foram coligidos dados muito importantes a respeito de como a censura foi praticada neste período. Acho que seria bom, inclusive, para os nossos colegas que parecem ignorar o que foi a censura — eu não sei como uma pessoa possa ignorar o que foi a censura, o que tem sido, e o que ela é, ainda — mas acho que seria interessante que nós requerêssemos à Biblioteca os materiais coligidos por esta comissão presidida pelo Deputado Israel Dias-Novaes, que é do PMDB, e não foi reeleito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Agradecemos a V. Ex.^a, acatamos as sugestões e solicitamos à assessoria que providencie o necessário ofício, pedindo o relatório e os dados dessa comissão. Eu ainda tinha preocupação, nesta sessão, de comunicar à Subcomissão, que já fizemos os contatos necessários para trazeremos o Sr. Ministro da Cultura no dia 12 e o Sr. Ministro da Educação no dia 13, ambos às 9 horas da manhã. Penso que essa decisão de hoje, de enviar uma carta pedindo a contribuição por escrito das personalidades, evidentemente não atinge a decisão de ouvirmos aqui os dois Ministros de Estado.

Esta Presidência teve o cuidado de não declinar os nomes de S. Ex.^{as} os Srs. Ministros, de modo que estaríamos então recebendo aqui a visita do Sr. Ministro da Cultura, às 9 horas do dia 12 e, às 9 horas do dia 13, o Sr. Ministro da Educação.

Ainda recebemos aqui um telegrama:

“A Confederação Nacional das Associações de Moradores — Conam, entidade máxima e única de representação do Movimento Comunitário a nível nacional, à qual se encontram filiadas 20 Federações estaduais, centenas de uniões e conselhos regionais e municipais que congregam e unificam a luta de cerca de 13 mil associações de moradores de bairros, vilas, favelas e de conjuntos habitacionais em todo o País, vem mui respeitosamente à presença de V. Ex.^a pleitear a sua par-

ticipação em audiência desta Subcomissão com o objetivo de externar a posição dos brasileiros organizados pelo local de moradia, acerca de importantes temas que irá elaborar. Para resposta, queira utilizar-se do telex tal. Na expectativa de uma decisão favorável, despedimo-nos aguardando votos de profícuo trabalho constituinte. Respeitosamente; Vereador João Bosco da Silva — Presidente da Conam. Câmara Municipal de São José dos Campos, — São Paulo.”

O telegrama esclarece que é a nível nacional. Nós consultamos esta Subcomissão se deseja determinar a inclusão desta entidade no rol daquelas a serem ouvidas. Em tal caso, teríamos que ouvi-la nos dias 5, 6, 7 ou 8. (Pausa.)

Estou vendo manifestações favoráveis. Peço ao nosso Vice-Presidente, Constituinte Aécio de Borba, que organize a nossa pauta de trabalho incluindo os representantes da Censura e da Confederação Nacional de Associações de Moradores — Conam.

O SR. CONSTITUINTE () — (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Não é específico para a nossa Subcomissão e diz que trará depoimentos acerca dos temas específicos desta Subcomissão. Agradeço a V. Ex.^a, e ainda pediria um momento de paciência aos nobres constituintes, para ouvir a leitura das Atas das reuniões anteriores.

Concedo a palavra ao Constituinte Aécio de Borba para proceder à leitura.

Procede-se à leitura das Atas.

Em discussão a Ata. (Pausa.)

Em votação. Os Srs. constituintes que a aprovarem queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada.

(Leitura da Ata da 10.^a Reunião)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Em discussão a Ata. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Constituintes quiser fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. constituintes que a aprovam permaneçam como se acham.

Aprovada.

Nesse final de reunião, desejo fazer um registro da maior importância. Todos nós conhecemos a tenacidade do nosso Relator João Calmon, quando comandou, por vários anos, uma peleia, como nós diríamos no Rio Grande, no sentido de garantir a inscrição de percentuais mínimos para a Educação na Constituição brasileira.

Hoje, a Emenda João Calmon é uma realidade, graças a essa persistência. No entanto, o Senador Constituinte João Calmon tem uma luta nos meios de comunicação social, de mais tempo, que lhe valeu agora a lembrança — até pela vivência — de propiciar à Assembléia Nacional Constituinte a ampliação de seus debates, utilizando os meios de comunicação social. Nesse sentido, já foi relatado aqui, pelo eminente constituinte, os contatos que já vinha fazendo e a sugestão que já havia apresentado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para uso da televisão executiva; depois, a discussão sobre a utilização, via Embratel, da Rede de Televisões Educativas e na sexta-feira, desenvolvemos uma reunião, por iniciativa do Constituinte João Calmon, em seu gabinete e, dessas

tratativas, resultou um avanço expressivo — e eu diria até uma conclusão positiva — sobre aquilo que inicialmente era uma sugestão do eminente Constituinte João Calmon. Em função da evolução dessas tratativas, podemos anunciar que esta Subcomissão, à base da iniciativa do Relator João Calmon, amanhã já terá os seus trabalhos gravados ainda na sessão da manhã e, depois, utilizados para essa divulgação.

Penso que é uma contribuição extraordinária que o nobre Constituinte João Calmon objetivamente, dá, primeiro a esta Subcomissão, e muito mais do que isso, por persistir até à elaboração final da Constituição, uma grande contribuição ao processo constituinte brasileiro.

É meu dever, como Presidente desta Subcomissão, agradecer, em primeiro lugar, os esforços, a persistência e a tenacidade do Relator João Calmon, neste rumo e, segundo, saudar com euforia a feliz conclusão, o feliz desfecho daquela iniciativa. A base dessa comunicação é informar que amanhã, pela manhã, os trabalhos desta Subcomissão já serão agravados com aquele objetivo.

Renovo os agradecimentos ao Sr. Relator João Calmon, e consulto a S. Ex.^a se deseja, como autor desta louvável iniciativa, pronunciar-se aqui a esta Subcomissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Apenas agradecer as referências tão amáveis do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Zaneti) — Muito obrigado a V. Ex.^a As palavras seriam sempre pequenas para definir a grandeza desta iniciativa. Tenho certeza de que os constituintes, membros desta subcomissão, têm consciência do valor desta iniciativa, na medida em que, na verdade, se dá outra dimensão, a partir desta sugestão, ao processo constituinte brasileiro.

Faço votos de que isto possa ser compreendido pelo processo da Constituinte, enquanto um todo, e tenho certeza dos frutos altamente positivos que esta iniciativa trará à elaboração da nova Constituição do nosso País.

Reafirmando os agradecimentos ao Constituinte, Relator, João Calmon, agradeço a presença de todos, e declaro encerrada a reunião. Amanhã, às oito horas e trinta minutos, retomaremos os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

15.^a Reunião

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e dezessete minutos, na sala de reunião da Subcomissão, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Constituinte Hermes Zaneti, que declara abertos os trabalhos com a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Sólton Borges dos Reis, Ubiratan Aguiar, João Calmon, Bezerra de Mello, Florestan Fernandes, Octávio Elísio, Aécio de Borba, Antônio de Jesus, Louremberg Nunes Rocha, Cláudio Ávila, Tadeu França, Átila Lira, Márcia Kubitschek, Osvaldo Sobrinho, Chico Humberto, Paulo Silva e Gumercindo Milhomem. O Senhor Presidente elogia a iniciativa do Constituinte João Calmon em trazer a TV Educativa, presente nesta Reunião, para divulgar os trabalhos desta Subcomissão e convida a participar da Mesa os seguintes representantes das entidades: Professor Tomaz Gillan Deluca Wonghon, Presidente da Confederação dos Professores do Brasil — CPB; Professor Henrique Nielsen Neto, Secretário-Geral da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas — SEAF; Professora Vânia Maria Galvão de Carvalho, Presidente da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras — Fasubra — e o Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz,